



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010
DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Canarana – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

Considerando a apreciação dos recursos oferecidos quanto à divulgação do gabarito preliminar pela Banca Examinadora,

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado do julgamento dos recursos apresentados pelos candidatos, conforme segue abaixo:

ENSINO SUPERIOR

Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Maristela Volpato – 00750 Caio Matos de Almeida Costa – 00831 Talles Marques Chaves Alves – 00607 Fábio Henrique Della Justina do Carmo -00751 Wesley Carvalho Martins – 00171 Leandro de Oliveira Dolzan – 00783 Thais Suelen Garcia – 00725 Tatiano de Castro e Silva – 00807 Glínia Massmann Serra -00407 Walter Custódio da Silva – 00656 Angela Renata Bóllico do Amaral – 00747	Engenheiro Florestal Engenheiro Civil Dentista Biomédico Procurador Jurídico Médico Veterinário	01	A questão tratava de interpretação de parte do texto escrito por Alan Bonjanic, que no parágrafo terceiro assim descrevia: "Para se ter uma ideia clara do prejuízo causado pelo desperdício, a cada ano os consumidores dos países ricos desperdiçam 222 milhões de toneladas, o que quase equivale à quantidade de alimentos produzidos para alimentar a África Subsaariana (230 milhões de toneladas)". A comparação feita pelo autor é bem clara quando diz que QUASE EQUIVALE a quantidade de alimentos	<i>Recursos com provimento. Houve erro no gabarito. A resposta correta é a letra C.</i>

			<p>produzidos para alimentar a África Subsaariana, não apenas com o termo quase, mas também com a quantidade em si, onde para se alimentar a mesma seriam necessários 230 milhões de toneladas, enquanto o desperdício dos países ricos equivale a 222 milhões, ou seja, seria necessário mais 08 milhões de toneladas para alimentar a África Subsaariana.</p> <p>Ocorre que o gabarito da questão número 01 trouxe como resposta certa a letra "D", que afirma que todas as afirmativas estão corretas, o que não é verdade, já que a afirmativa IV é falsa, pois assim descreve: "Com o desperdício que ocorre nos países ricos daria para alimentar a África Subsaariana", entendendo-se que a quantidade seria suficiente, fato que o texto não diz.</p> <p>Pelos fundamentos expostos verifica-se que tal afirmativa é falsa, pois a quantidade de alimentos não equivale ao total consumido pela África Subsaariana, sendo, portanto, a resposta correta a letra "C", que dispõe que somente as afirmativas I, II e III estão corretas.</p>	
<p>Kallel Domi Gomes Kopp – 00674</p> <p>Aline Pilocelli- 00046</p> <p>Walter Custódio da Silva-00656</p> <p>Priscilla Diel Bobrzyk - 00265</p>	<p>Eng. Florestal</p> <p>Procurador Jurídico</p> <p>Biomédico</p>	01	<p>A questão pede que as afirmativas de I a IV sejam julgadas em relação ao texto “Enquanto milhões passam fome, 1,3 bi de toneladas de comida é desperdiçada”. A afirmativa “I” diz que “Cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos é desperdiçada, enquanto 842 milhões de pessoas ainda passam fome em todo o mundo. Isso acontece por falta de uma política que conscientize os produtores e consumidores a praticarem a reciclagem.” Essa afirmativa é apresentada no gabarito preliminar</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Ocorreu erro no gabarito. A resposta correta é a letra C, conforme exposto a seguir:</p> <p>Item I - Cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos é desperdiçada, enquanto 842 milhões de pessoas ainda passam fome em todo o mundo. Isso acontece por falta de uma política que conscientize os produtores e consumidores a praticarem a reciclagem.</p> <p>O texto “Enquanto milhões passam fome, 1,3 bi de toneladas de comida é desperdiçada.”</p>

		<p>como correta, porém a mesma está incorreta pelo que segue: O texto apresenta dados referentes ao desperdício de alimentos no mundo. Trazendo um panorama dos prejuízos e da proporção de desperdício nas fases da produção. Em seu 4º parágrafo traz uma relação direta de consequência, afirmando que o nível mais elevado de desperdício ocorre em decorrência da combinação entre comportamento e falta de comunicação, e não como a afirmativa "I" apresenta. No 6º parágrafo vemos uma relação direta entre as más praticas nas atividades rurais e um desequilíbrio entre oferta e demanda como responsáveis pelo desperdício, se opondo novamente à afirmativa "I". No parágrafo 7 o autor apresenta a reutilização como um dos principais caminhos que podemos trilhar para combater o desperdício. Afirmando ser essa a melhor opção no caso dos excedentes de alimento. Somente no 8º parágrafo o termo reciclagem é apresentado "Quando a reutilização não é possível, podemos pensar na reciclagem e na recuperação". O que é apresentado é que em último caso a reciclagem pode ser utilizada como uma "vantagem significativa em relação aos aterros". Com base no exposto em momento algum o texto apresenta que o desperdício de alimentos ou a fome no mundo acontecem por falta de uma política que conscientize os produtores e consumidores a praticarem a reciclagem. Dessa forma a afirmativa "I" está incorreta. Estando somente as afirmativas II, III e IV corretas. Assim o gabarito deve ser alterado para</p>	<p>O texto tem como objetivo principal apresentar ao leitor a desigualdade no mundo. Enquanto muitos passam fome, outros desperdiçam alimentos. A partir dessa constatação o jornalista Alan Bojanic cita algumas causas que levam ao desperdício dos alimentos no mundo, e elenca algumas alternativas para solucionar os problemas.</p> <p>Entretanto, Bojanic sugere em seus argumentos a necessidade de haver um aproveitamento de todos os produtos alimentícios para que não haja o desperdício. Diz que a reutilização seria a opção e quando a reutilização não for possível, devem pensar na reciclagem e na recuperação. Atenta inclusive sobre a reciclagem de subprodutos. (Parágrafo 7 e 8)</p> <p>A questão 01 teve como objetivo principal a interpretação textual, que requer do candidato uma leitura que vá além das entrelinhas, pressupondo um leitor crítico. As palavras: consequências econômicas, países industrializados, sociedades ricas, planejamento dos consumidores, tanto de governos, como dentro de nossas casas, essas palavras citadas no texto leva-nos a pensar criticamente sobre política da distribuição do alimento em nosso mundo atual.</p> <p>Assim, o gabarito será alterado para a letra "C" (alternativa correta) e não para letra "B" conforme querem os recorrentes.</p>
--	--	--	---

			alternativa B.	
Maristela Volpato - 00750	Engenheiro Florestal	02	<p>A questão 2 pede para que seja assinalada a alternativa que reescreve a frase do enunciado alterando seu sentido. O gabarito considera como correta a alternativa C, entretanto a D também pode ser considerada, já que a estrutura e o sentido da frase foram alterados ao ser colocado ponto final no lugar de uma vírgula. O ponto final é usado quando se pretende encerrar uma frase declarativa, imperativa ou em abreviatura. A oração seguinte à primeira "Através da venda em mercado livre ou doação aos que não possuem condições financeiras" complementa a primeira, por isso não deveria ser utilizado o ponto final. Diante do exposto pede-se anulação da questão.</p>	<p>Recurso sem provimento. Primeiramente vamos nos ater sobre a finalidade da pontuação: Segundo Cegalla, é tríplice a finalidade dos sinais de pontuação.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Assinalar as pausas e as inflexões da voz (a entoação) nas leituras. 2- Separar palavras, expressões e orações que devem ser destacadas. 3- Esclarecer o sentido da frase, afastando qualquer ambiguidade. <p>Então, a questão de nº 02 tem como "comando" o sentido que a frase tem em seu contexto, ou seja, o uso das palavras, priorizando as expressões que levam a uma comunicação e a uma interpretação. O ponto final usado na frase não "truncou" o sentido global da frase, permanecendo então compatível, semelhante à intenção da frase citada no início.</p> <p>Portanto, a resposta correta é a letra C.</p>
Thaís Suelen Garcia – 00725 Wesley Carvalho Martins – 00171	Procurador Jurídico Biomédico	03	<p>O enunciado da questão citada trazia: "As frutas e hortaliças, assim como as raízes e tubérculos, são alimentos com a taxa mais alta de não aproveitamento". Na frase acima o sujeito da oração é: (...) A alternativa correta no gabarito foi a letra "B" que descrevia "Sujeito composto - "As frutas e hortaliças". Ocorre que o sujeito composto da oração é um sujeito composto por quatro núcleos "Frutas, hortaliças, raízes e tubérculos". Sujeito este ligado pela expressão "assim como." O sujeito pode apresentar expressões como "nem tanto", "tanto como", "assim como", "não só mas também", e neste caso o verbo geralmente vai</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>A questão 03 foi elaborada com o intuito de analisar sintaticamente a oração. O Sujeito é composto por ter 2 (dois) substantivos. O sujeito é o ser do qual se diz alguma coisa. Então, "as frutas e hortaliças" são o sujeito da oração, e por ter dois elementos são compostos, enquanto que a frase entre vírgula "assim como as raízes e tubérculos" é o APOSTO e não sujeito da oração.</p> <p>Portanto a alternativa correta é a letra "B".</p>

			<p>para o plural.</p> <p>A questão não trouxe qualquer assertiva que descrevesse o sujeito por completo, ou seja, com seus quatro núcleos: frutas, hortaliças, raízes e tubérculos.</p> <p>Assim necessária que tal questão seja revista por essa banca e anulada por uma questão de justiça.</p>	
<p>Maristela Volpato - 00750 Aline Pilocelli - 00046 Fábio Henrique Della Justina do Carmo - 00751 Wesley Carvalho Martins - 00171 José Aparecido de Oliveira - 00416</p>	<p>Engenheiro Florestal Biomédico Médico Veterinário</p>	07	<p>Na questão de nº 7: "Por outro lado, sabemos que cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos é desperdiçada todos os anos". A oração sublinhada é constituída por um: "...", tudo o que está sublinhado é um complemento nominal, pois completa o nome (substantivo) "cerca" e o predicado nominal é somente parte daquilo que está sublinhado "... é desperdiçada todos os anos."; mas também é parte do que está sublinhado o predicativo "... desperdiçada todos os anos". Assim, se for considerada a constituição total do enunciado sublinhado há tanto o predicado nominal quanto o predicativo, caracterizando também como correta a letra "D".</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Há três tipos de Predicado: Nominal, verbal e verbo-nominal.</p> <p>Predicado nominal: O núcleo da informação veiculada pelo predicado está contido num nome (predicativo do sujeito). O verbo, nesse caso, funciona simplesmente como elemento de ligação entre o sujeito e o predicativo.</p> <p>Os verbos que costumam funcionar como verbos de ligação servem para exprimir estado ou mudança de estado. São estes: ser, estar, parecer, permanecer, ficar, andar, continuar. Então, a oração tem o Predicado Nominal.</p> <p>O predicativo do sujeito é "desperdiçada".</p> <p>Portanto, a resposta correta é a letra "A".</p>
<p>Maristela Volpato - 00750 Aline Pilocelli - 00046</p> <p>Fábio Henrique Della Justina do Carmo - 00751 Wesley Carvalho Martins - 00171 Priscilla Diel Bobrzyk - 00265 José Aparecido de Oliveira - 00416</p>	<p>Engenheiro Florestal Biomédico Médico Veterinário</p>	08	<p>Na questão 8 parte do enunciado, a segunda afirmativa "Emissão: nos verbos derivados de substantivo (emissão) cujo radical já possui letra 's', usa-se a letra do dígrafo 'ss'" é incorreta (falsa), pois são setenta e três as formas de conjugar o verbo "emitir" e em nenhuma delas aparece "s" no radical. O que é referido a esse substantivo "emissão" é que é escrito com "ss" já que deriva de um verbo terminado em "mitir", como os exemplos: transmitir- transmissão, demitir-demissão. Isso pode ser observado no site</p>	<p>Recurso com provimento.</p> <p>Houve erro no Gabarito. A alternativa correta é a letra "C".</p>

			<p>http://www.soportugues.com.br/secos/fono/fono20.php que diz que emprega-se "ss" em substantivos derivados de verbos terminados em "gredir", "mitir", "ceder", "cutir". Portanto o gabarito deve ser mudado para letra "C", "V, F, F, F."</p>	
<p>Wesley Carvalho Martins – 00171 José Aparecido de Oliveira – 00416</p>	<p>Biomédico Médico Veterinário</p>	09	<p>A alternativa correta é a letra A, o enunciado não se encaixa na alternativa B quando diz relacionar o que foi dito com o que vai ser dito, errado.</p>	<p>Recurso sem provimento. O advérbio modifica o verbo e tem a função de acrescentar uma circunstância. Ao relacionar semanticamente no contexto, o elemento referencial não pode ser interpretados por si próprios, mas relacionar com outros elementos no discurso para serem compreendidos. Isso é a coesão textual.</p> <p>A resposta correta é a letra B, porque outros itens fazem referência à coerência textual.</p>
<p>Thaís Suelen Garcia – 00725 Maristela Volpato – 00750 Wesley Carvalho Martins – 00171</p>	<p>Procurador Jurídico Engenheiro Florestal Biomédico</p>	10	<p>A questão citada fazia uma comparação entre uma palavra existente no mundo real, IPHONE - nome dado a uma linha de smartphones concebidos e comercializados pela Apple Inc, com uma palavra inventada (inexistente no mundo real) IPHOME demonstrando uma situação relatada no texto de Alan Bojanic e discutida em questões anteriores.</p> <p>O enunciado da questão pedia para que fosse marcada a alternativa incorreta, contudo haviam duas alternativas erradas, a letra "B" que dizia que as palavras Iphone e Iphome pela significação das palavras poderiam ser consideradas parônimas e a letra "D" que dizia que o verbo "está" é auxiliar e "tocando" é uma forma nominal do particípio.</p> <p>A letra "B" é incorreta, pois não há que se falar em palavras parônimas "palavras parecidas na escrita e na pronúncia, mas diferentes no</p>	<p>Recurso sem provimento. Esclarecemos:</p> <p>Regra Geral: Parônimos: São palavras parecidas na grafia ou na pronuncia, mas com significados diferentes. As palavras citadas na frase possuem as características mencionadas pela regra geral. A tirinha “brinca” com as palavras por serem parecidas na pronuncia, mas divergentes na significação. A palavra “Iphone” é inglesa, entretanto, no Brasil a palavra é empregada por não ter outra palavra que possa designa-la ou substituí-la. “Largo é o emprego de palavras estrangeiras, sobretudo empregada do inglês.” Faraco&Moura, 1998</p> <p>Inclusive os “neologismos” como costumam ser chamadas estas palavras ou expressões, podem surgir de um comportamento espontâneo, das relações entre as pessoas na linguagem natural ou artificial.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Exemplo de linguagem natural: conversação espontânea do dia a dia. •Exemplo de linguagem artificial: bate-papo eletrônico (chat) via internet. <p>A neologia do português existe porque a língua é</p>

			<p>significado" em relação a palavras inexistentes na gramática ou mesmo na cultura da língua portuguesa, como no caso concreto a palavra IPHOME. Já a assertiva "D" o erro está na palavra tocando que é na verdade uma forma nominal do gerúndio e não do particípio. Assim são duas alternativas incorretas, pois não se pode reconhecer que uma expressão inexistente na gramática ou mesmo no mundo real (IPHOME) possa ser parônima de uma palavra. Tal fato trouxe confusão aos candidatos e em razão disto deve ser revista por esta comissão, e, por conseguinte ser anulada por questão de justiça.</p>	<p>viva, ou seja, é passível de mudanças constantes que podem vir a ser determinantes.</p> <p>A resposta correta é a letra D.</p>
<p>José Aparecido de Oliveira - 00416 Wesley Carvalho Martins - 00171 Luana Pauline Rewer Kummer-00127 Maristela Volpato-00750 Fabio Henrique Della Justina do Carmo-00751 Kallel Domi Gomes Kopp-00674 Maraisa Lopes dos Santos-00564 Aline Pilocelli-0046 Andrey Jeffer Maciel Toledo-00322 Talles Marques Chaves Alves-00607 Larissa Ap. Rodrigues-00449</p>	<p>Médico veterinário Biomédico Eng. Florestal Dentista Dentista</p>	12	<p>Os candidatos solicitam a alteração do gabarito da letra "B" para a letra "C". Argumentam que conforme a historiografia de Mato Grosso, nunca houve conflito entre O Governador da Capitania de São Paulo e Totó Paes, pois cada qual pertence à períodos históricos muito distantes. Rodrigo César foi governador de São Paulo no Século XVIII, no Período Colonial e, Totó Paes foi governador na Primeira República, ou República Velha. O conflito que ocorreu pela disputa do controle político da região das minas foi entre os irmãos Leme e o governador da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses, conforme o que está representando na alternativa C.</p>	<p>Recurso com provimento. Gabarito alterado da letra "B" para a letra "C" De acordo com Siqueira (2002), inconformados com o fato de o governador Rodrigo César não haver nomeado um dos irmãos Leme para o cargo de Mestre de Campo Regente, os mesmos romperam com o governador e prepararam viagem de volta para minas cuianas. Decidindo acabar definitivamente com o poder dos irmãos Leme na região das minas, Rodrigo César armou uma emboscada para prendê-los: [...] <i>Para evidenciar a força da Coroa Portuguesa, um dos irmãos Leme, depois de preso, foi remetido para a Bahia, então capital da Colônia, e ali decapitado; teve seu corpo esquartejado, salgado e exposto pelas ruas de Salvador. O outro foi morto durante o cerco.</i> (SIQUEIRA, Elizabete Madureira. História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais, Entrelinhas, Cuiabá, 2002, página 37). Depois de analisar os recursos e comprovar através de bibliografias, decidiu-se pela alteração do gabarito. O Gabarito foi alterado da letra "B" para a letra "C".</p>

<p>Larissa Ap. Rodrigues- 00449 Talles Marques Chaves Alves-00607 Kallel Domi Gomes Kopp-00674 Wesley Carvalho Martins - 00171 José Aparecido de Oliveira - 00416</p>	<p>Dentista Eng. Florestal Biomédico Médico veterinário</p>	<p>18</p>	<p>A candidata Larissa Ap. Rodrigues-449, o candidato Talles Marques Chaves Alves-607, Wesley Carvalho Martins-00171 e José Aparecido de Oliveira-00416 afirmam, com base em informações coletadas nos sites da prefeitura municipal e em trechos do livro escrito pelo colonizador Norberto Schwantes “Uma Cruz em Terra Nova que durante o período da colonização não houveram conflitos entre jagunços e posseiros. Houve conflito, mas somente com indígenas que habitavam a região. .</p>	<p>Recurso sem provimento. Conforme bibliografia consultada, na região onde se localiza o atual município de Canarana, ocorreram conflitos na luta pela posse da terra. <i>“O principal objetivo da cooperativa era transferir colonos gaúchos em dificuldades agrárias em seu Estado de origem para Mato Grosso. A Coopercol era dirigida pelo pastor Norberto Schwantes e o agrônomo Orlando Rower. Ambos conheciam as dificuldades da empreitada e sabiam que enfrentariam conflitos sociais, gerados pelas grandes fazendas, pois nestas imensas propriedades sempre se digladiavam posseiros e jagunços, acontecendo mesmo a escravidão branca, largamente noticiada pela imprensa cuiabana. Sabiam que o trabalho da Coopercol era apaziguar a região”</i>(http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/cont_eudo.php?sid=333&cid=11892). Presente também em (FERREIRA, 2001, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus Municípios, pag. 416-417). Essa realidade também está descrita no livro “Uma Cruz em Terra Nova, escrito pelo próprio colonizador Norberto Schwantes. Depois de analisar o recurso e as bibliografias, decidiu-se pela manutenção do gabarito.</p>
<p>Camila Paes de Azevedo – 00535</p>	<p>Eng. Florestal</p>	<p>19</p>	<p>A candidata argumenta que a terra indígena Pimentel Barbosa está localizada dentro dos limites territoriais dos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira. Na alternativa D está escrito: terra a referida terra indígena está localizada no município de Canarana.</p>	<p>Recurso sem provimento. Conforme informação da FUNAI, a terra indígena Pimentel Barbosa está localizada nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira. No final do enunciado da questão, é solicitado ao candidato analisar as afirmativas quanto à presença indígena em Canarana. Na alternativa “D” existe a afirmação de que a terra indígena Pimentel Barbosa está localizada no município de Canarana, objeto da questão. Portanto, a pergunta não exclui a possibilidade de a terra indígena também se estender por outro município, apenas afirma que se localiza no município de Canarana, confirmando a informação de que existe população indígena em Canarana. Depois de analisar o recurso e as bibliografias, decidiu-se pela manutenção do gabarito.</p>

<p>José Aparecido de Oliveira - 00416 Wesley Carvalho Martins - 00171 Luana Pauline Rewer Kummer-00127 Maristela Volpato-00750 Fabio Henrique Della Justina do Carmo-00751 Kallel Domi Gomes Kopp-00674 Maraisa Lopes dos Santos-00564 Aline Pilocelli-00046 Larissa Ap. Rodrigues-00449 Sandra Cristina Schmidt-00457 Cleunice Teixeira Eleutério-00426 Sandra Freire de Souza-00333 Dircenir Ferreira da Silva-00706 Camila Paes de Azevedo-00535 Junior Toigo-00404 Pablo Rainer Silva-0009</p>	<p>Médico veterinário Biomédico Eng. Florestal Dentista Professor Educação Infantil Professor Licenciatura Plena</p>	<p>20</p>	<p>Os candidatos José Aparecido de Oliveira-416, Wesley Carvalho Martins-171, Maristela Volpato -750 e Fabio Henrique Della Justina do Carmo-751, solicitam que a questão seja anulada, alegando que a mesma encontra-se mal formulada, confundindo o candidato quanto a localização geográfica ou região de planejamento do IBGE, as Mesorregiões. Os demais candidatos solicitam a alteração do gabarito da letra “A” para a letra “D”. Os candidatos citam diversas fontes bibliográficas para argumentar que o município encontra-se localizado na região Nordeste do Estado e não na região Leste.</p>	<p>Recurso com provimento. O gabarito foi alterado da letra “A” para a letra “D”. De acordo com Ferreira (2001) o município de Canarana pertence à Mesorregião 128, Microrregião 527, nordeste mato-grossense. (http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=133&cid=737). Essa classificação foi elaborada pelo IBGE e serve de base para as demais citações. Todas as referências à localização do município estão associadas a região Nordeste do estado.</p>
<p>Elis Karem Cerutti – 00721 Leandro de Oliveira Dolzan - 00783</p>	<p>Procurador Jurídico</p>	<p>18</p>	<p>Alegam os candidatos que a questão deve ser anulada, pois o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contrato não necessariamente a multa, mas a rescisão contratual fundamentando sua argumentação no artigo 86 § 1º da Lei nº 8.666/93.</p>	<p>Recurso com provimento. Houve erro de formulação na elaboração da questão, conduzindo à sua anulação. Portanto, a mesma fica anulada.</p>
<p>Thaís Suelen Garcia – 00725</p>	<p>Procurador Jurídico</p>	<p>21</p>	<p>Alega a candidata que a questão possui duas alternativas incorretas e que sua formulação induziu os candidatos ao erro, fundamentando sua argumentação em dispositivos constitucionais e súmula do STF.</p>	<p>Recurso sem provimento. Sabe-se que a EC nº 29/2000 alterou o art. 156, § 1º da CF/88. Antes da referida Emenda a progressividade era extrafiscal, afastava-se, dessa forma, o Princípio da Capacidade Contributiva (art. 145, § 1º, da CF/88). Após a referida Emenda, a progressividade passou a variar em razão do valor, da localização e do uso. Assim, além da progressividade extrafiscal, o IPTU adquiriu uma progressividade</p>

				<p>fiscal.</p> <p>Com isso cumpre-nos ressaltar que depois da edição da EC nº 29/2000:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acrescentaram-se os incisos I e II ao § 1º do art. 156 da CF/88; • O IPTU irá variar em razão dos critérios de localização, valor, uso e função social; • Passou-se a utilizar o critério pessoal, alargando-se a base progressiva do IPTU. <p>Portanto, confirmado foi que o critério de função social já existia antes da edição da EC nº 29/2000, deste modo recomenda-se a leitura da doutrina Elementos do Direito Tributário, Eduardo Sabbag, pág. 311 e seguintes, sobre impostos municipais em espécies.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
Thaís Suelen Garcia – 00725	Procurador Jurídico	22	<p>Alega a candidata que os itens II e III da questão estavam incorretos, o que acarreta que a alternativa "D" da questão deve ser assinalada para obter a pontuação da mesma.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>É mister esclarecer que a simples atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo, com índices oficiais de correção monetária, não implica majoração do tributo, podendo se feita por meio de decreto, a teor do art. 97, § 2º do CTN. Porém, se o decreto se exceder em relação aos índices oficiais, o excesso, e só ele, será declarado indevido, haja vista violar-se o princípio da legalidade tributária.</p> <p>Tal entendimento é corroborado nos dizeres elucidativos da Súmula nº 160 do STJ, "ad litteram":</p> <p><i>Súmula 160/STJ - É defeso ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária".</i></p>

				<p>Ainda, para corroborar o alegado, temos a jurisprudência abaixo:</p> <p><i>IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU). MAJORAÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA (CTN, ART. 97, II PARÁGRAFOS 1 E 2). VALOR VENAL DO IMÓVEL. ATUALIZAÇÃO. ATO DO PODER EXECUTIVO. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. A majoração da base de cálculo do IPTU depende da elaboração de lei, exceto nos casos de simples atualização monetária, em atendimento ao princípio da reserva legal. - Não pode o município, por simples decreto, atualizar o valor venal dos imóveis, para fins de cálculo do IPTU, com base na planta de valores, ultrapassando a correção monetária autorizada por ato administrativo. - Recurso conhecido e provido. (Resp 31.532-RS, 2ª T., rel. Min. Peçanha Martins, j-27-10-1993).</i></p> <p>Portanto, plenamente esclarecida a questão, restando demonstrado que a apenas o item III é falso.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
		27	<p>Alega a candidata que as situações citadas induzem o candidato ao erro, devendo ser a presente questão anulada.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Completamente sem fundamento a argumentação da candidata, deste modo, passamos a relatar os fatos:</p> <p>As fontes formais primárias do Direito Tributário estão dispostas no artigo 96 do CTN, verbis:</p> <p><i>Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas</i></p>

				<p><i>complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.</i></p> <p>Já, as fontes formais secundárias estão dispostas no artigo 100 do CTN, verbis:</p> <p><i>Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos.</i></p> <p>Como a questão solicitava marcação da assertiva que não era uma fonte formal primária a única alternativa que contempla esta espécie é a letra "D". Deste modo, completamente desarrazoada a fundamentação da candidata.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
		29	<p>Alega a candidata que a questão deve ser anulada, pois não há assertiva correta a ser assinalada tendo em vista que o item II da questão é falso.</p> <p>Com isso a sequência seria V-F-V.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>A questão traz como assertiva correta a letra "B" onde todos os itens são verdadeiros. Com o intuito de comprovar a veracidade dos itens transcrevemos os dispositivos do CTN que contemplam tais fatos, ad litteram:</p> <p><i>Art. 191. A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.</i></p> <p><i>Art. 191-A. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos arts. 151, 205 e 206 desta Lei.</i></p> <p><i>Art. 192. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos.</i></p> <p>Portanto, sem razão a candidata.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>

<p>Glínia Massmann Serra – 00407 Elis Karem Cerutti - 00721</p>	<p>Procurador Jurídico</p>	<p>24</p>	<p>Alegam as candidatas que a alternativa correta seria a letra "C" a qual afirma que no caso relatado houve lesão ao princípio da irretroatividade, pois a taxa foi cobrada sem a efetiva prestação do Poder de Polícia.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Para iniciarmos a análise de tal questionamento proposto pelas candidatas salutar se faz preferirmos a seguinte pergunta: O que o princípio da irretroatividade tributária tem haver com a efetiva prestação do poder de polícia?</p> <p>No caso relatado no enunciado da pergunta houve várias lesões ao Direito Tributário, tais como: ao Princípio da Anterioridade, ao Princípio da Irretroatividade (não por causa da cobrança sem a efetiva prestação do poder de polícia), ao Princípio da Tipicidade Fechada (legalidade).</p> <p>Assim sendo, confirma-se que houve lesão ao princípio da irretroatividade tributária, pois foram cobrados fatos gerados pretéritos à edição da norma e não porque a taxa foi cobrada sem a efetiva prestação do poder de polícia.</p> <p>Assim sendo, completamente sem fundamento as argumentações das candidatas.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
<p>Elisangela Canal Goldoni – 00545 Walter Custódio da Silva - 00656</p>	<p>Agente de Arrecadação e Fiscalização de Tributos</p> <p>Procurador Jurídico</p>	<p>25</p>	<p>Os candidatos solicitam a anulação da questão argumentando que a mesma possui outras alternativas corretas.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>A questão solicita que o candidato assinale o fato gerador do empréstimo compulsório, desta forma cumpre-nos aclarar o que segue:</p> <p>O Empréstimo Compulsório é um tributo finalisticamente afetado, para o qual o fato gerador é irrelevante, não lhe sendo aplicado o mencionado no art. 4º do CTN.</p> <p>Para fundamentar a questão temos o mencionado pelo Ilustre Doutrinador Eduardo Sabbag, "ad</p>

			<p>litteram":</p> <p><i>Pode ser qualquer fato gerador de imposto federal, pois tal tributo se encontra reservado ao campo competencial da União. O fato gerador não é a calamidade pública nem o investimento público, mas qualquer situação abstrata, prevista na lei, como capaz de deflagrar a relação jurídico tributária.</i></p> <p>Deste modo recomenda-se a leitura da doutrina Elementos do Direito Tributário, Eduardo Sabbag, pág 87, sobre empréstimos compulsórios.</p> <p>Conforme todo o exposto não assiste razão aos candidatos.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>	
Walter Custódio da Silva - 00656	Procurador Jurídico	26	<p>Alega o candidato que a alternativa correta é a Letra "D" e não "B" como consta no gabarito preliminar.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Primeiramente é salutar mencionarmos que a questão solicita que seja assinalada alternativa que não contemple lesão ao Direito Tributário ocorrida no fato narrado.</p> <p>Analisando o caso narrado no enunciado da questão de nº 26 constatou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • houve lesão ao princípio da legalidade, pois contribuição social só pode ser instituída mediante lei complementar; • houve lesão ao princípio da anterioridade mitigada, pois devia ter sido cumprido o prazo de 90 dias da publicação da norma para exigência de tal exação; • houve bis in idem, pois o mesmo ente tributante (União) cobrou mais de um tributo sobre o mesmo fato gerador (auferir renda).
<p>Glinia Massmann Serra - 00407</p> <p>Fabio Capitani Resende – 00253</p> <p>Thais Suelen Garcia - 00725</p>			<p>Alegam os candidatos que existem duas alternativas corretas e deste modo solicita a anulação da questão.</p>	

				<p>Assim sendo, a única lesão que não houve foi a Bitributação, pois esta é a possibilidade de mais de um ente tributante cobrar um ou mais tributos sobre o mesmo fato gerador e no caso ora em comento quem instituiu a lei instituidora do novo gravame foi a União, pois a lei é federal.</p> <p>Assim, completamente desarrazoados os candidatos.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
<p>Elis Karem Cerutti - 00721</p> <p>Fábio Capitani Rezende - 00253</p>	Procurador Jurídico	30	Alegam os candidatos que a questão possui duas alternativas corretas "C" e "D" e, portanto, deve ser anulada.	Recurso com provimento. Houve erro de formulação na elaboração da questão, conduzindo à sua anulação. Portanto, a mesma fica anulada.
Fábio Capitani Rezende - 00253	Procurador Jurídico	32	<p>Alega o candidato que o item III da questão ora em análise é falso o que acarretaria na sequência correta V-V-F.</p> <p>Portanto solicita que o gabarito seja alterado da alternativa "C" para alternativa "B".</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Para analisarmos o recurso do candidato necessário se faz transcrever o item questionado:</p> <p><i>III - Nas ações de consignação em pagamento, em regra, o foro competente é o domicílio do devedor.</i></p> <p>O foro competente para a ação de consignação é o lugar do pagamento (art. 891 CPC). Em regra este é o domicílio do devedor (art. 327, 1ª parte, CC/2002), verbis:</p> <p><i>Art. 327 - <u>Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor</u>, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.</i></p> <p>Portanto, não assiste razão ao candidato.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
Wesley Carvalho Martins - 00171	Biomédico	13	O candidato solicita a anulação da questão. Conforme exposto no	Recurso sem provimento. A alternativa "C" afirma que: <i>A agricultura familiar está presente</i>

		recurso, o solicitante argumenta que além da alternativa "D", também a alternativa "C" estaria errada.	<i>em todas as regiões do estado e sua produção é voltada para o consumo da população local. Essa afirmativa encontra respaldo na própria característica da agricultura familiar, que produz gêneros alimentícios direcionados para a alimentação diária da população. Seu objetivo não é a exportação, mas sim abastecer de alimentos básicos a população das cidades próximas. Portanto, essa alternativa também está correta. Recurso sem provimento</i>
	15	O candidato solicita a alteração do gabarito da letra "C" para a letra "D". Afirma que durante a Rusga, "os comerciantes portugueses não foram atacados violentamente". Que revoltosos protestavam contra a alta carga tributária sobre a extração do ouro e exigiam a deposição de Dom Pedro.	Recurso sem provimento. A Rusga ocorreu durante o Período Regencial. Dom Pedro havia abdicado do Trono. Os revoltosos, a maioria mulatos e crioulos, não protestava contra a escravidão. Sentindo-se inferiorizados pelos brancos, desejam que esses fossem expulsos ou mortos para que pudessem assumir o poder provincial (Siqueira, 2002). A questão dos impostos não fazia parte dos protestos. Depois de analisar o recurso e as bibliografias, decidiu-se pela manutenção do gabarito. Recurso sem provimento.
	25	O candidato solicita anulação da questão alegando que esta possui duas alternativas corretas "A" e "B", no entanto não fundamenta sua postulação.	Recurso sem provimento. De acordo com o Estatuto dos Servidores de Canarana, Lei Complementar nº 28/2002, Subseção VIII, art. 100 § 1º o servidor ocupante de cargo comissionado será afastado do cargo quando se candidatar a cargo eletivo, "in verbis": <i>Art. 100 - (...)</i> <i>§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, de chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes à arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 15º dia seguinte ao pleito (...).</i> Portanto, desarrazoada e sem qualquer

			fundamento o pleito dos candidatos.
			Questão mantida, gabarito mantido.
	28	Alega o candidato que as alternativas B e C estão incorretas, fundamentando sua argumentação no fato de que a alternativa C encontra-se incorreta, pois não se aplicam apenas as normas da previdência social aplicam-se também as normas do Estatuto.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>A previdência social brasileira divide-se em dois grandes regimes, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) integrado pelas pessoas que trabalham na iniciativa privada e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) integrado pelos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.</p> <p>A Constituição Federal previa em seu texto original que o servidor seria aposentado por invalidez, por idade ou por tempo de serviço, ou seja, contemplava dentro do regime estatal de previdência todas aquelas pessoas legalmente investidas em cargo público, fossem eles efetivos ou comissionados.</p> <p>Assim, toda e qualquer pessoa que ocupasse um cargo em um dos Poderes fazia jus à aposentadoria custeada pelo Estado, quando alcançasse os requisitos exigidos pelo artigo 40, da Carta Maior em sua redação original.</p> <p>Em 1998, como que em um passe de mágica os governos despertam para a crise do sistema previdenciário e para o caos iminente, promovem, com a ajuda do Congresso Nacional, mudanças na previdência brasileira.</p> <p>Surgindo em 1998 a primeira reforma da previdência, materializada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que altera os requisitos mínimos para a aposentadoria e fixa no caput do artigo 40 que:</p> <p><i>"Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter</i></p>

			<p><i>contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo."</i></p> <p>Os benefícios previdenciários assumem um caráter contributivo, passando a integrar os regimes estatais apenas aqueles servidores que ocupem cargos de provimento efetivo, ou seja, que tenham sido aprovados em concursos públicos.</p> <p>Os servidores ocupantes de cargos comissionados passam a ser filiados obrigatórios do regime geral de previdência social, conforme fixado pelo § 13, do mesmo artigo constitucional, in verbis:</p> <p><i>"Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social"</i></p> <p>Portanto, comprovado foi que a alternativa "C" é plenamente correta, assim apenas a alternativa "B" permanece como incorreta devendo ser esta assinalada pelo candidato para obter a pontuação da questão.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
		<p>31</p> <p>A questão está mal elaborada, pois a alternativa C o exame HIV é constantemente solicitado aos pacientes com suspeita com tuberculose principalmente indivíduos com HIV soros positivos pois são imunossuprimidos podem estar com tuberculose também é pedido PPD e pesquisa de BAAR simultaneamente, é um exame quase que comum solicitados por médicos em âmbito hospitalar a pacientes soros positivos, a questão está mal elaborada.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Os mecanismos celulares responsáveis pela reatividade do teste estão relacionados, principalmente, com o linfócito T CD4+ previamente sensibilizados, que são atraídos ao local onde ocorre a inoculação intradérmica da tuberculina, proliferando e induzindo a produção de citosinas inflamatórias. Com isso, situações que interfiram com a imunidade celular podem alterar seu resultado. Nas alternativas da questão, apenas o uso de uso de medicação anti-hipertensiva, não sofre interferência em seu resultado, ou seja, não altera sua reatividade.</p> <p>Recurso indeferido.</p>

<p>Fábio Henrique Della Justina do Carmo - 00751</p> <p>Maristela Volpato - 00750</p>	<p>Engenheiro Florestal</p>	<p>25</p>	<p>Os candidatos não fundamentam seu recurso de forma plausível solicitando anulação da questão alegando apenas que a questão possui enunciado confuso induzindo o candidato ao erro.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>De acordo com o Estatuto dos Servidores de Canarana, Lei Complementar nº 28/2002, Subseção VIII, art. 100 § 1º o servidor ocupante de cargo comissionado será afastado do cargo quando se candidatar a cargo eletivo, "in verbis":</p> <p><i>Art. 100 - (...)</i></p> <p><i>§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, de chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes à arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 15º dia seguinte ao pleito (...).</i></p> <p>Portanto, desarrazoada e sem qualquer fundamento o pleito dos candidatos.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
<p>Luana Pauline Roewer Kummer - 00127</p>	<p>Biomédico</p>	<p>26</p>	<p>A candidata solicita anulação da questão alegando não haver alternativa correta a ser assinalada, pois encontram-se verdadeiros apenas os itens I e III, fundamentando sua argumentação no art. 107 do Estatuto dos Servidores.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>Para responder tal fundamentação salutar se faz transcrevermos o item ora discutido, conforme segue:</p> <p><i>II - Não será concedida licença-prêmio ao servidor que afastar-se do cargo em virtude de licença para tratar de assuntos particulares.</i></p> <p>Agora cumpre-nos analisarmos o que dispõe o art. 107, II "b" do Estatuto dos Servidores, "in verbis":</p> <p><i>Art. 107 - Não se concederá licença prêmio ao</i></p>

			<p><i>funcionário que no período aquisitivo:</i></p> <p><i>II - afastar-se do cargo em virtude de:</i></p> <p><i>b - licença para tratar de assuntos particulares.</i></p> <p>Nesse sentido, dá análise do item II da questão em sede recursal e da análise do dispositivo epigrafado resta claro e demonstrado que o item II é plenamente verdadeiro o que torna a assertiva correta a ser assinalada a letra "D" da questão nº 26, portanto sem razão o candidato.</p> <p>Questão mantida, gabarito mantido.</p>
		32	<p>Hemostasia é o PROCESSO FISIOLÓGICO cujo principal objetivo é a manutenção da integridade vascular e da fluidez do sangue após uma lesão vascular permitindo o equilíbrio do sistema circulatório.</p> <p>Esse processo compreende interações complexas entre os vasos sanguíneos, plaquetas, proteínas da coagulação e o sistema fibrinolítico, os quais levam à formação do coágulo sanguíneo e posterior dissolução do mesmo após o reparo da lesão vascular Como o curativo não é um processo fisiológico, não gera a hemostasia, o único item correto é a letra A, pois o curativo somente forma uma barreira para tentar prevenir infecções. No link abaixo está o artigo científico que comprova isso.</p> <p>http://revistas.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/viewFile/536/pdf</p> <p>O gabarito deve ser alterado para a letra A.</p>
			<p>Recurso sem provimento.</p> <p>A candidata não trouxe nenhum elemento técnico capaz de contradizer o conteúdo abordado na questão e no gabarito preliminar. Não houve argumentação plausível. Recurso indeferido conforme o edital.</p>

		34	<p>No conteúdo programático não tem nada relacionado com fármacos, uma vez que BIOMÉDICO não é FARMACÊUTICO, portando não é obrigado a saber sobre ação de medicação. Em anexo estão as habilitações do biomédico, nela não consta farmacologia. Portanto, a questão deve ser anulada.</p>	<p>Recurso sem provimento. O conteúdo programático do concurso previa “coagulação, tempo de coagulação e tempo de sangramento; Coagulação, tempo de protombina e tempo de tromboplastina parcial ativada; Contagem de reticulócitos e velocidade de hemossedimentação. Bioquímica: métodos aplicados à Bioquímica e Imunoensaios. Sistemas analíticos e aplicação. Princípios básicos: fluorometria, fotometria, turbidimetria, nefelometria, absorção atômica, eletroforese e imunoeletroforese; Carbohidratos, lipídeos, proteínas e aminoácidos; Eletrólitos e equilíbrio ácido básico”. A questão aborda conhecimentos básicos sobre medicamentos anticoagulantes. Necessário o conhecimento de fármacos para todo e qualquer procedimento que possa alterar hemostasia.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>
		35	<p>Segundo a questão, TODAS as coletas sanguíneas feitas em tubos contendo EDTA causam pseudotrombocitopenia, o que não é verdade, pois este é o anticoagulante de escolha para se realizar o hemograma e a contagem de plaquetas. A pseudotrombocitopenia pode ocorrer somente em raros casos por alguma alteração fisiológica do paciente. Devido a confusa formulação da questão esta deve ser anulada, uma vez que não há alternativa correspondente. Abaixo está o link do manual de práticas de hematologia falando a respeito dos anticoagulantes utilizados na hematologia que comprova que o EDTA é o anticoagulante de escolha para</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>É certo que a utilização de EDTA em tubo de coleta sanguínea pode causar falsa dosagem de plaquetas, ou seja, podendo ocasionar pseudotrombocitopenia. Portanto, questão mantida, uma vez que a candidata não apresentou argumentos plausíveis para rebater esta afirmação.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>

		realizar o hemograma e a contagem de plaquetas. http://dc441.4shared.com/doc/1U2Kvs3y/preview.html	
	36	A faixa normal do sódio é variável, pois cada laboratório tem o seu. Cada fabricante que produz seu kit coloca um valor que padronizou como referência devido aos testes que realizou com suas amostras. Como podemos ver em algumas bulas de kits. Uma vez que o valor que é considerado normal em um determinado kit já considerado alto por outro de fabricante diferente. E como os próprios fabricantes colocam após os valores de referência que este serve somente como orientação e que cada laboratório tenha seu valor de referência. Em anexo, algumas bulas de kits de fabricantes diferentes com valores diferentes comprovando que a questão deve ser anulada, uma vez que cada kit tem seu valor considerado normal.	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>A questão não abordou referências adotadas por fabricantes ou laboratórios. Buscou dos candidatos o conhecimento básico sobre a dosagem sérica de sódio no corpo humano e a candidata não apresentou qualquer estudo que desqualifique o gabarito preliminar. Recurso sem plausibilidade.</p> <p>Recurso Indeferido.</p>
	40	Como o próprio site da Anvisa diz: Considera-se geralmente que a transfusão de uma bolsa de concentrado de hemácias, normalmente, eleva o hematócrito em 3 pontos e a dosagem de hemoglobina em 1g, em um adulto médio. No entanto, estes números são aproximativos. Para determinar com precisão o efeito de uma transfusão, em termos de elevação da hemoglobina, é preciso conhecer a volemia do paciente e o teor de hemoglobina contido em uma bolsa de concentrado de hemácias (que é, em média de 55 a 60g). Em anexo está o print da página em que está escrito	<p>Recurso com provimento.</p> <p>Por ter a candidata abordado estudo que trouxe razoáveis dúvidas sobre a possibilidade de existência de outros gabaritos possíveis para o enunciado da questão, a banca examinadora entende possível a anulação da questão.</p> <p>Recurso Deferido. Questão anulada.</p>

			<p>isso e abaixo está o link com todo o arquivo.</p> <p>Então o gabarito deve ser alterado para a letra D, pois nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.</p> <p>http://www4.anvisa.gov.br/base/visa/doc/CP/CP%5b7490-2-0%5d.PDF</p>	
Sandra Cristina Schmidt - 00457	Professor Educ. Infantil	29	<p>No que consta no ESTATUTO DO SERVIDOR MUNICIPAL DE CANARANA, da vacância não consta a alternativa II, ACESSO; então a resposta não é a letra D, pois não são todas as alternativas corretas.</p> <p>Gostaria que fosse corrigida essa questão.</p>	<p>Recurso sem provimento.</p> <p>A candidata está equivocada, pois a Lei citada por ele; Lei 028/2002 foi substituída pela Lei Complementar Nº 100/2011 de 27 de outubro de 2011 (Cap. V- Da Vacância) Art. 39 - A vacância do cargo público decorrerá de:</p> <p>a) Exoneração; b) Demissão; c) Acesso; d) Transferência; e) Readaptação; f) Aposentadoria; g) Posse em outro cargo inacumulável; h) Falecimento.</p> <p>Portanto, permanece o gabarito.</p>
Juliana Severina Barbosa Rodrigues - 00272	Professor Educ. Infantil	26	<p>A questão correta é (A), pois, o transporte escolar deve conhecer e obedecer rigorosamente à legislação de trânsito.</p>	<p>Recurso sem provimento. A candidata confundiu a resposta da questão 26, conforme o gabarito preliminar divulgado a resposta correta da questão é a letra A, conforme afirma no seu recurso.</p>
Kallel Domi Gomes Kopp - 00674	Engenheiro Florestal	31	<p>A questão 31 trata das características fundamentais da educação ambiental. A mesma em nenhuma de suas alternativas apresenta as fontes de onde os conceitos foram tirados, considerando no gabarito preliminar a resposta "D", todas as alternativas estão corretas".</p> <p>A educação ambiental no Brasil é objeto da lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação</p>	<p>Recurso sem provimento. O recurso apresentado pela candidata não procede, visto que, em todas as alternativas apontadas na questão traz características fundamentais da Educação Ambiental, baseada no Livro de ECOLOGIA - PRESERVAR PARA VIVER - JAVIER ROSIQUE/EDISON BARBIER. A Lei 9795/96 Art. 4º trata dos princípios básicos da educação ambiental, a questão pede características. Em relação a fonte, como são características citadas</p>

		<p>ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</p> <p>Em seu artigo 5º traz os objetivos gerais da educação ambiental.</p> <p>Com base na Lei da educação ambiental, a única alternativa que se aproxima as concepções de Educação Ambiental é a letra “A – Dar um enfoque global aos problemas ecológicos, empregando uma base interdisciplinar que reconheça a profunda interdependência entre o meio natural e o oficial (agrícola, urbano, etc.). Qualquer definição diversa teria que ser apontada a escola ou a tese de pesquisa adotada pela banca para resolução da questão.</p> <p>Dessa forma, o gabarito preliminar deve ser alterado, para letra “A” ou a questão ser anulada.</p>	<p>em alternativas, não há necessidade de citar, e as mesmas estão claras e em nenhum momento traz dúvidas quanto ao enunciado da questão e sua interpretação.</p> <p>Portanto o recurso é indeferido.</p>
	35	<p>A questão 35 em si não apresenta a fonte ou delimita a área de conhecimento que deve ser utilizada para sua correta solução.</p> <p>A resposta do gabarito preliminar afirma que a contradição consiste principalmente nos problemas dos processos industriais. Porém, o homem e a natureza se relacionam desde os primórdios (muito antes do período industrial), sendo uma relação sempre contraditória.</p> <p>Ademais, a fonte utilização para elaboração da questão foi inadequada, não constando no edital qualquer previsão de que seria cobrado fontes ou conceitos da chamada eco-teologia, ecologia profunda ou eco-espiritualidade, que por sinal não tem caráter científico (produção acadêmica).</p> <p>A alternativa correta deve ser alterada</p>	<p>Recurso sem provimento. O recurso apresentado pelo candidato não procede. A questão esta clara, referindo a coerentemente com relação – homem-natureza. Não se trata de interpretação de texto e sim de alternativas claras e objetivas. Não há o que questionar, quanto ao conteúdo exigido, não há questionamento, pois quando se fala em Meio Ambiente, este refere-se aos nossos ecossistemas e principalmente quando a palavra ECOLOGIA esta presente.</p> <p>Portanto o recurso é indeferido.</p>

			para letra "D - Nenhuma das respostas está correta".	
Andrey Jeffer Maciel Toledo - 00322	Engenheiro Florestal	34	Questão sem nexos, visto que na pergunta pede para "sugerir" um título para o texto que foi dado, ou seja, sugerir uma resposta, sugestão se define segundo o dicionário Aurélio como: s.f. Ação de sugerir; seu resultado; inspiração, instigação: dar uma sugestão. / Psicologia Influência subconsciente das palavras ou ideias de outro. Logo cada pessoa tem um palpite/opinião/ideia diferente e como seria uma sugestão qualquer resposta não poderá ser considerada errada.	Recurso sem provimento. O recurso apresentado pelo candidato não procede, visto que a alternativa certa, como consta no gabarito de resposta, é a única que poderia ser sugerida como título para o texto acima, pois as outras não tem coerência com o texto apresentado, já a alternativa certa, esta sim, o nexos está claro e coerente, principalmente no segundo parágrafo do texto. Quanto ao verbo sugerir, que o candidato menciona, é bom lembrar que estamos apresentando alternativas como sugestão, então não há o quê se discutir quanto ao seu uso. Portanto o recurso é indeferido.
Maristela Volpato	Engenheiro Florestal	31	Na questão 31, a banca considera como corretas todas as alternativas apresentadas sobre características da educação ambiental, entretanto a alternativa "A - dar enfoque global aos problemas ecológicos, empregando uma base interdisciplinar que reconheça a profunda interdependência entre o meio natural e o oficial (agrícola, urbano, etc).". está incorreta, considerando o que é apresentado na Lei 9795/99, art. 4º:	Recurso sem provimento. O recurso apresentado pela candidata não procede, visto que, em todas as alternativas apontadas na questão traz características fundamentais da Educação Ambiental, baseada no Livro de ECOLOGIA - PRESERVAR PARA VIVER - JAVIER ROSIQUE/EDISON BARBIER. A Lei 9795/96 Art. 4º trata dos princípios básicos da educação ambiental, a questão pede características. Em relação a fonte, como são características citadas em alternativas, não há necessidade de citar, e as mesmas estão claras e em nenhum momento traz dúvidas quanto ao enunciado da questão e sua interpretação. Portanto o recurso é indeferido.
José Aparecido de Oliveira - 00416	Médico Veterinário	31	Solicita anulação da questão, pois todas as alternativas produzem toxinas inclusive a resposta do gabarito, alternativa B.	Recurso com provimento. Houve erro de formulação na elaboração da questão, conduzindo à sua anulação. Portanto, a mesma fica anulada.
		32	Pedido de anulação da questão, pois faltaram dados no enunciado que dificultam o entendimento da mesma, falta uma parte do enunciado que deveria ser escrito assim" cujo núcleo ativo tem 1 átomo de carbono no centro" com isso prejudicou a compreensão.	Recurso sem provimento. Vejamos a questão <u>QUESTÃO 32</u> É requerido pelos micro-organismos do rúmen para a síntese da vitamina B12 (cianocobalamina), sendo uma molécula orgânica muito complexa, cujo núcleo ativo tem estrutura semelhante à hemoglobina, também é requerida para o funcionamento de vários

			<p>sistemas enzimáticos na utilização de energia. O enunciado refere-se a:</p> <p>A) Cobalto. B) Iodo. C) Fósforo. D) Ferro.</p> <p>O núcleo ativo é o átomo de cobalto (estrutura semelhante à hemoglobina). Não falta dados no enunciado da questão, a mesma está claro é compreensível. Portanto fica indeferido o recurso do candidato.</p>
		38	<p>Pedido de anulação da questão, pois a mesma não consta no conteúdo programático de forma específica (industrialização e preparo de conservas) e sim na forma de aspectos higiênicos e sanitários do pescado. Portanto, não consta no edital.</p>
Pablo Rainer Silva - 00009	Dentista	39	<p>Questão 39, lidocaína e o único anestésico seguro na gravidez segundo artigo (MALAMED, S. F. Manual de anestesia local. 5. ed. São Paulo: Elsevier. 2004) os outros citados Articaína, mepivacaína, prilocaína e bupivacaína não são seguros em gestantes. Segue anexo do artigo: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/biologica/article/view/414/417. Página 40 do artigo.</p>
			<p>Recurso sem provimento. Vejamos a questão 39:</p> <p><u>QUESTÃO 39</u> Assinale quais anestésicos locais não são seguros na gravidez:</p> <p>A) Bupivacaína e prilocaína. B) Articaína e mepivacaína. C) Prilocaína e mepivacaína. D) Lidocaína e prilocaína.</p> <p>A questão solicita aos candidatos que marque a alternativas que indica o anestésico que Não é seguro para gestante, e a única resposta correta é a letra C, baseado no site www.septodonto.com.br/gestantes. O candidato alega que o correto é o anestésico lidocaína, que é SEGURO para gestante, mas não foi essa a pergunta da questão. Portanto, permanece correta a letra C.</p>

ENSINO MÉDIO

Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Gesival Ribeiro de Souza – 00007	Agente Administrativo	30	O candidato requer a anulação da questão, alegando que existem duas alternativas corretas (A e D) na mesma questão.	Recurso sem provimento. Conforme bibliografia consultada, na região onde se localiza o atual município de Canarana, ocorreram violentos conflitos na luta pela posse da terra. “O Pastor Norberto Schwantes e o engenheiro agrônomo Orlando Rower dirigiam as atividades da Coopercol. Sabiam que enfrentariam conflitos sociais, gerados pelas grandes fazendas, pois nestas imensas propriedades sempre se degladiavam posseiros e jagunços” [...] (FERREIRA, 2001, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus Municípios, pag. 416-417). Essa realidade também está descrita no livro “ Uma Cruz em Terra Nova, escrito pelo próprio colonizador Norberto Schwantes. Recurso Indeferido.

ENSINO FUNDAMENTAL

Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Denaides Moreira Silva Dourado Neila Conceição Braga	Agente Comunitário de Saúde	07	Requer anulação da questão, alegando falta de opção para satisfazer a igualdade.	Recurso com provimento. Após argumentação do recurso, realmente, ao apresentar a alternativa B (65) como resposta, não estaria errada se no texto a candidata perdesse R\$ 25,00. Este resultado foi analisado sobre um texto e no momento da digitação foi repetida a palavra recebia . Depois do exposto, e, como nenhuma das alternativas apresentou uma resposta satisfatória, a questão em si deverá ser anulada.

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos na esfera administrativa nos termos do Edital de Abertura nº 001/2014.

Canarana - MT, em 13 de Junho de 2014.

Eliane Marques Benedito
Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público n.º 001/2014